



V ENPSSAN

Muitas fomes e crises sistêmicas:

Contribuições desde a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

de 06 a 10 de junho de 2022



Carta de Salvador

Reunidos na plenária final do V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrido entre os dias 06 e 10 de junho de 2022, de forma virtual, sediado pela Universidade Federal da Bahia, nós, pesquisadoras(es), educadores(as), estudantes, extensionistas, gestoras(es) públicas, integrantes de organizações da sociedade civil e demais agentes comprometidos com a construção do conhecimento em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN):

Indignados com os resultados revelados pelo II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VigiSAN) realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN), mostrando a inaceitável situação em que mais de 33 milhões de pessoas convivem com a fome e mais de 125 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar no Brasil;

Renovando o compromisso fundamental com a realização do direito humano à alimentação adequada (DHAA), como parte do processo histórico e coletivo de luta pela SSAN, em face da responsabilidade e/ou negligência do Estado brasileiro diante dessa situação de grave violação do preceito constitucional do DHAA;

Reconhecendo que o direito à terra, ao território, à água e à preservação e manejo sustentável da sociobiodiversidade e bioculturalidade são elementos fundamentais para a garantia do DHAA;

Denunciando o contexto atual marcado pelo aprofundamento das desigualdades sociais em um cenário de Sindemia Global, com a combinação sinérgica entre as pandemias de obesidade, desnutrição e crise ambiental com repercussões globais e locais - inclusive com agravamento de doenças crônicas não-transmissíveis e infecto contagiosas;

Reafirmando que a agroecologia, a agricultura camponesa e familiar, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais são a chave para assegurar a produção sustentável e a disponibilidade de comida de verdade;

Destacando que para consecução do DHAA é fundamental a produção, compartilhamento, intercâmbio e disseminação de diferentes modos de conhecimento, configurando uma verdadeira ecologia de saberes que oriente e qualifique políticas e ações públicas desde uma perspectiva participativa, intersetorial e transdisciplinar;

Reafirmando a centralidade da cooperação e do diálogo horizontal, interdisciplinar e multiprofissional, que respeite as diversas formas de geração e disseminação do conhecimento e a diversidade metodológica, para a garantia da SSAN, concretizando o ideal de uma ciência cidadã;

Reafirmando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na construção do conhecimento e ciência que expresse a multidimensionalidade dos saberes e práticas;

Reafirmando o compromisso com a democratização e descolonização do conhecimento, e com uma ciência cidadã e socialmente relevante que seja determinante para o enfrentamento das desigualdades que se interseccionam, de classe, de gênero e identidade de gênero, de identidade afetivo-sexuais, étnico-racial, geracional, funcional, territorial, entre outras;

Reiterando que a consolidação da SSAN enquanto campo do conhecimento e prática é vital para alicerçar os princípios da construção do conhecimento de uma forma inclusiva, crítica, reflexiva e atuante, sobretudo, com vistas a transformar a realidade dos sistemas alimentares na direção da sustentabilidade, qualidade de vida e superação das diferentes formas de desigualdade;

Assumindo a necessidade de ampliar as oportunidades de ensino, pesquisa e extensão com ênfase na formação em SSAN, dirigidas às/aos estudantes de graduação e pós graduação e também aos jovens em situação de vulnerabilidade, condição para viabilizar uma nova geração de profissionais, pesquisadores e militantes sociais pela SSAN;

Declarando que independência e autonomia em relação a governos, partidos políticos, grupos corporativos e interesses privados são princípios fundamentais para a construção de conhecimentos voltados à SSAN livre de conflito de interesse;

Ratificando os princípios e diretrizes da Rede PenSSAN, concordamos que:

1- Ao mesmo tempo em que os sistemas alimentares que de fato contribuem para garantia do DHAA são extremamente vulneráveis às diferentes crises sistêmicas que ameaçam esta e as próximas gerações - notadamente a crise sociopolítica, a crise econômica, crise ambiental e a crise sanitária - eles também configuram um espaço privilegiado para construção de soluções coletivas para essas mesmas crises e das muitas fomes que delas decorrem;

2- Os sistemas alimentares podem e devem ser vetores de promoção da justiça alimentar e de enfrentamento de diferentes desigualdades que se interseccionam;

3- O processo de captura corporativa dos sistemas alimentares, inclusive dos seus mecanismos de governança em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional configuram uma grave ameaça ao DHAA e contribuem para que a arquitetura das relações agroalimentares internacionais não conduza à superação da fome e que podem até induzi-la.

4- Os dados do I e II VigiSAN, desenvolvidos pela Rede PenSSAN, evidenciam que o país caminha em ritmo acelerado para o aprofundamento de uma crise grave sem precedentes e generalizada de fome e insegurança alimentar e nutricional (INSAN);

Realização:



5- As instituições públicas responsáveis pela produção, sistematização e disseminação de dados, censos, inquéritos populacionais e outros levantamentos estatísticos, como o IBGE, devem ter seu trabalho fortalecido e intensificado para gerar informações atualizadas e frequentes permitindo que as políticas públicas e ação política conciliem escala e respeito às diversidades regional, racial, étnica, de gênero e identidade de gênero, de identidade afetivo-sexual, cultural e de modos de vida dos diferentes territórios e regiões do país;

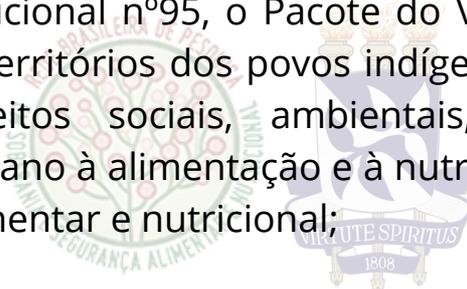
6- Que é prioritário enfrentar o racismo, o machismo e as desigualdades estruturais que determinam que a fome no Brasil tenha cara, cor, gênero, classe e territórios;

7- Essa crise grave e generalizada de fome e INSAN que assola o Brasil é resultado direto do desmonte do Estado brasileiro, bem como do desmantelamento de um conjunto de arranjos institucionais, de políticas públicas e de programas que foram fundamentais para a redução significativa da fome no Brasil, em especial o SISAN, o SUS, o SUAS, o PAA, o PNAE, a PLANAPO, o PRONAF, o PAT, e o Bolsa Família;

8- A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) figura uma violação do preceito da participação popular, sagrado pela Constituição Federal, a Constituição Cidadã, como um dos pilares da própria democracia, sendo urgente sua recriação, bem como a reestruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), nos moldes da LOSAN de 2006, como instâncias de gestão coletiva e integrada que articulem ações emergenciais e estruturantes para superação das crises de fome e INSAN que assolam o Brasil e contribuam para garantia da SSAN;

9- A Emenda Constitucional nº95, o Pacote do Veneno, o Marco Temporal - outros ataques às terras e territórios dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais - violam direitos sociais, ambientais, políticos e econômicos, especialmente o direito humano à alimentação e à nutrição adequada e ameaçam a soberania e a segurança alimentar e nutricional;

Realização:



10- Os cortes e contingenciamentos de recursos que hoje afetam o desenvolvimento científico e tecnológico, e a educação brasileira; bem como os sucessivos ataques a instituições como a CAPES e o CNPq, comprometem também a própria soberania nacional no curto, médio e longo prazo;

11- A ingerência do Executivo Federal nas Instituições de Ensino Superior públicas (IES) figura como violação grave do preceito constitucional da autonomia universitária e dos direitos de expressão, organização e opinião de pesquisadores(as), docentes, estudantes, servidores(as) e demais membros das equipes de pesquisa que vêm sendo criminalizados(as) ou impedidos(as) do pleno exercício de sua prática acadêmica e profissional, o que representa um atentado à própria democracia;

12- Dada a centralidade do processo eleitoral de 2022 para superação da grave e generalizada crise de fome e INSAN que assola o Brasil, a Rede PenSSAN incidirá junto à comunidade acadêmica e ao conjunto da sociedade para recolocar a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional (SSAN) na agenda política nacional, como política de Estado, inclusive por meio do enfrentamento da desinformação e as notícias falsas como graves ameaças à democracia;

13- A Rede PenSSAN seguirá atuando em articulação e solidariedade com redes nacionais e internacionais voltadas à promoção do DHAA e da SSAN, em inclusive a “Conferência Popular, por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, a “Frente Nacional Contra à Fome”, o “Mecanismo de Participação da Sociedade Civil e Povos Indígenas do Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas”.

Realização:

14- É preciso fortalecer a memória sobre a fome no Brasil – inclusive por meio da criação de um Dia Nacional de Lembrar e Enfrentar a Fome no Brasil, de forma a evidenciá-la como uma trágica constante histórica no país e contribuir para uma mobilização permanente no conjunto da sociedade para a sua superação.

15- Uma vez que o acesso econômico aos alimentos é um dos principais vetores de violação do DHAA no Brasil, é fundamental avançar em medidas de garantia e proteção de renda como um direito, mas também trabalhar para ampliação e fortalecimento de sistemas alimentares que não sejam pautados pela mercantilização do alimento e da água, como a economia social e solidária.

Na condição de pesquisadoras(es), profissionais de diferentes áreas e agentes sociais no campo da SSAN, reafirmamos nosso comprometimento com a defesa intransigente da democracia e justiça social, com a construção de um saber reflexivo, inter e transdisciplinar sobre as práticas sociais voltadas à SSAN, com a construção de uma ciência cidadã e de um conhecimento crítico, libertador, inclusivo, não sexista, não racista, descolonizado e que seja capaz de transformar nossa realidade.

Salvador (BA), 10 de Junho de 2022.

Manifestação aprovada por aclamação durante a plenária final do V ENPSSAN.



Realização:

